

---

## **“CULTOS ECUMÊNICOS EM MEMÓRIA DE COMUNISTAS E TERRORISTAS”: ESTRATÉGIAS DE LUTA DE CRISTÃOS PROGRESSISTAS CONTRA A DITADURA MILITAR DO BRASIL**

## **“ECUMENICAL WORSHIP IN MEMORY OF COMMUNISTS AND TERRORISTS”: STRATEGIES FOR PROGRESSIVE CHRISTIANS STRUGGLE AGAINST MILITARY DICTATORSHIPS OF BRAZIL**

---

André Souza Brito  
Doutorando em História - UFF  
Docente na Educação Básica, em  
Volta Redonda (RJ)  
[andre\\_britos@yahoo.com.br](mailto:andre_britos@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O artigo busca explicitar e analisar uma modalidade específica de ecumenismo, manifestada através dos chamados cultos ecumênicos realizados ao longo do regime militar do Brasil. Essa prática religiosa e, também política, empreendida por indivíduos vinculados a diferentes instituições religiosas, representou um canal privilegiado de crítica e protesto contra a ditadura. Conseqüentemente, atraiu a atenção de agentes dos órgãos estatais de inteligência e de repressão, colocando lideranças do catolicismo e do protestantismo sob suspeita e perigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultos ecumênicos. Ditadura militar. Oposição pacífica.

**ABSTRACT:** The article seeks to clarify and analyze a specific mode of ecumenism, manifested through the so-called Ecumenical worship performed over Brazil's military regime. This religious practice and politics, undertaken by individuals linked to different institutions, represented a privileged channel of criticism and protest against the dictatorship. Consequently, attracted the attention of officials of State organs of intelligence and repression, putting leaders of Catholicism and Protestantism under suspicion and danger.

**KEY WORDS:** Ecumenical worship. Military dictatorship. Peaceful opposition.

### **Introdução**

O artigo representa uma versão modificada de um capítulo de nossa dissertação de mestrado (BRITO, 2010) cujo objeto foi compreender o “ecumenismo” no contexto ditatorial do Brasil. Naquele trabalho, utilizamos como fontes boletins e revistas do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e documentos produzidos por extintos órgãos<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Os arquivos contendo documentação produzida por órgãos das Forças Armadas, tais como o CIE, o CENIMAR, o CISA, o DOI-CODI, dentre outros, continuam, em sua maioria, fechados ao público. Porém, alguns documentos foram enviados, na época, a órgãos cujos arquivos, atualmente, encontram-se disponíveis para consulta. Espera-se que Comissão Nacional da Verdade (CNV) consiga alterar esse quadro. Para estudos sobre a

estatais de inteligência do regime militar, os quais integravam a então chamada “comunidade de informações e de segurança”, extensa e complexa rede de espionagem e de repressão, constituída à época da ditadura militar no Brasil (1964-1985)<sup>2</sup>, com base na chamada Doutrina de Segurança Nacional. No presente texto, lançaremos mão de periódicos da chamada grande imprensa e de documentos de agências da citada comunidade. Nosso objetivo principal é explicitar uma dimensão da oposição ao regime pouco explorada pela historiografia dedicada ao período.

Antes de adentrarmos ao tema específico, faz-se necessário qualificar alguns conceitos mobilizados para dar conta da problemática, especialmente “ecumenismo”<sup>3</sup> e “ecumênico”. Atualmente, tais palavras costumemente dizem respeito a eventos estritamente religiosos, como celebrações de formatura de cursos superiores ou cultos fúnebres motivados por episódios catastróficos<sup>4</sup>, envolvendo pessoas de diferentes religiões.

Ecumenismo também é empregado para descrever o movimento empreendido por diversas Igrejas, incluindo a Católica, com vistas a alcançar o ideal do estabelecimento da chamada “unidade plena entre todos os cristãos” (HORTAL, 1996). No século XIX, o desejo de promoção da unidade entre os cristãos emergiu no interior de diferentes igrejas protestantes, quando muitos de seus missionários perceberam que seu trabalho de evangelização em terras estrangeiras não surtiria efeito enquanto permanecessem divididos, surgindo, assim, iniciativas de aproximação e de diálogo entre diferentes segmentos do cristianismo (SANTA ANA, 1987). Nos domínios católicos, foi durante o Concílio Vaticano II (1962-1964) que o ideal de “unidade ecumênica” foi recepcionado formalmente e recebeu sua versão oficial em documentos produzidos pelos Bispos, particularmente o *Unitatis Redintegratio* (BEOZZO, 2005).

Entretanto, à luz de uma perspectiva histórica de longa duração, tais conceitos remontam ao chamado período greco-romano, época em que *oikoumene* não expressava significação religiosa (SANTA ANA, 1987, p. 15-23), mas aspectos culturais, geográficos e

---

comunidade de informações e de segurança e sua relação com a Doutrina de Segurança Nacional, consultar, entre outras, as seguintes obras: D’ARAÚJO, 1994, FICO, 2001, FON, 1979, LAGÔA, 1983.

<sup>2</sup>Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro (DOPS-RJ) e seu sucessor, o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Serviço Nacional de Informações (SNI), entre muitos outros.

<sup>3</sup>Para um panorama geral do movimento ecumênico no Brasil, Cf. DIAS, 2007 e DIAS, 1998. Para uma discussão aprofundada acerca dos conceitos, especialmente no campo da teologia, Cf. SANTA ANA, 1987, pp. 15-23.

<sup>4</sup>O caso do acidente com o voo 447, da *Air France*, que fazia o trajeto Rio-Paris é exemplo disso. A aeronave caiu em junho de 2009, no Oceano Atlântico, próximo à costa brasileira, matando todos os tripulantes e passageiros. O culto ecumênico em memória das 228 vítimas reuniu cerca de 2000 pessoas, em uma Catedral de Paris, na França (*O Globo*, 2009, p. 16).

políticos relacionados com a hegemonia e a área de abrangência das fronteiras do império romano. Com efeito, os conceitos “ecumênico” e “ecumenismo” trazem consigo caráter multifacetado, podendo variar enormemente de significados, em função do contexto e do grupo social que dele se utiliza.

Concernente à história do Brasil, especialmente ao longo do regime militar, convém assinalar que diferentes modalidades ou expressões de ecumenismo foram vivenciadas por cristãos de várias confissões religiosas. Um dos resultados do intercâmbio desses agentes sociais foi a criação de entidades ecumênicas que, cada uma a seu modo, atuaram em diversos espaços sociais e sob distintas abordagens,<sup>5</sup> lançando as bases do que, mais tarde, convencionou-se chamar de Organizações Não Governamentais (ONGs).

Para além das significações de ecumenismo citadas inicialmente, pretendemos discutir uma das modalidades de prática ecumênica que operou como catalisador de engajamento político de oposição ao regime militar do Brasil e se desenvolveu especialmente a partir da iniciativa de lideranças católicas e protestantes. Tratava-se de manifestações públicas (dizemos isso porque outras<sup>6</sup> modalidades operaram em redes secretas constituídas por indivíduos e instituições) através dos chamados “cultos ecumênicos”, constituindo-se em prática religiosa que bebia nas fontes da Teologia da Libertação<sup>7</sup>, a qual firmava suas bases no ideal de um “cristianismo encarnado”, qual seja o de uma religião comprometida com a “luta pela libertação” da opressão ditatorial, bem como pela implantação da chamada “justiça social”.

---

<sup>5</sup> Algumas propugnavam pela defesa dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores grevistas do ABC, dos indígenas ou dos posseiros e migrantes, do “menor abandonado”, entre outras iniciativas (DIAS, 2007). Em torno dessas questões, convergiram segmentos do catolicismo e do protestantismo, fomentando diferentes modalidades de ecumenismo. Para uma visão panorâmica acerca de algumas dessas entidades ecumênicas Cf. DIAS e TEIXEIRA, 2008.

<sup>6</sup> Em nossa pesquisa atual de doutorado, estamos nos dedicando à compreensão de outras modalidades de ecumenismo, entre elas as diferentes iniciativas em torno da defesa dos direitos humanos, promovidas em São Paulo através do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e do Pastor Jaime Wright, especialmente aquelas que contaram com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e foram investigadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

<sup>7</sup> Segundo Gustavo Gutiérrez, considerado por estudiosos como um dos mentores da Teologia da Libertação, os principais traços desse ideário teológico (e político) podem ser assim sintetizados: “teologia da libertação supõe uma relação direta e precisa com a práxis histórica. E essa práxis histórica é uma práxis libertadora. É uma identificação com os homens, com as raças, com as classes sociais que sofrem a miséria e a exploração, identificação com seus interesses e com suas lutas. É uma inserção no processo político revolucionário, para, a partir daí, viver e anunciar o amor gratuito e libertador de Cristo. Amor que vai até a própria raiz da exploração e da injustiça: a ruptura da amizade com Deus e com os homens. Amor que permite aos homens reconhecerem-se filhos do Pai e irmãos entre si.” Cf. GUTIÉRREZ, Apud. SANTA ANA, 1986.

Assim, tais atores protagonizaram, de forma singular, rituais ecumênicos cujos objetivos ultrapassavam àqueles de uma cerimônia fúnebre comum, configurando espaços de protesto contra as arbitrariedades oriundas do regime militar de outrora.

Com base na análise de cultos ecumênicos, tentaremos demonstrar certas especificidades de tal prática religiosa e, também, política. Maior destaque será dado à primeira, devido à repercussão alcançada na época, por sua importância para o fortalecimento de setores da oposição ao regime e pelo fato de ter aberto caminho para que outros atos ecumênicos de natureza semelhante fossem realizados. Por conseguinte, tais cultos fúnebres e seus realizadores, sobretudo pela dimensão política crítica de que se revestiam, captaram a atenção de agentes dos órgãos estatais de espionagem e de repressão, estiveram sob suspeição e se arriscaram a sofrer represálias de agentes militares.

### **O culto ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog**

Em 1975, em São Paulo, um episódio trágico serviria de plataforma para colocar em evidência a modalidade de prática ecumênica alvo de nosso interesse. O momento histórico por que passava o país inspirava esperanças em setores expressivos da sociedade, haja vista o fato de o então General-Presidente, Ernesto Geisel, ter prometido, desde sua posse em 1974, que levaria o Brasil de volta à democracia através da chamada “distensão política”. Conforme assinala Kenneth Serbin (2001, p. 406), era uma época em que “o regime começara a usar a repressão de maneira mais seletiva, o que foi possível como resultado do efetivo esmagamento da oposição realizado por Médici”.

No entanto, no interior do próprio regime, havia grupos antagônicos que discordavam acerca dos rumos políticos que o país deveria seguir. A comunidade de informações, por exemplo, constituída quase em sua totalidade por elementos mais radicais das Forças Armadas, a chamada “linha dura”, encarava a proposta de Geisel como um convite à subversão. Para ela, o risco de uma revolta armada ainda era algo bem presente, apesar de a chamada “guerrilha” já ter sido derrotada pelas forças de repressão (FICO, 2001).

Tal posicionamento explica, em parte, a profusão de documentos produzidos por órgãos de espionagem, contendo advertências endereçadas aos setores decisórios do governo. Alertavam para a urgência da tomada de medidas denominadas de “contenção”, isto é, do aumento da repressão contra setores da oposição, com vistas a barrar o crescimento da chamada “subversão” na sociedade.

Em linhas gerais, este era o cenário em que o culto ecumênico em memória do Jornalista Vladimir Herzog, episódio central desta análise, ocorreria. À primeira vista, tratava-se de uma cerimônia religiosa fúnebre como outra qualquer. Não obstante, quando nos prendemos aos detalhes dos gestos e palavras, e ao situarmos o evento à luz de um contexto mais amplo, da chamada "distensão política", chegaremos à conclusão de que ele, juntamente com outros cultos análogos à época, foi portador de simbolismos e significados para além da dimensão estritamente religiosa, gerando consequências para o processo de fortalecimento da oposição de setores da sociedade em face do regime militar.

Catalítico de unidade, tal ritual processar-se-ia em meio à adversidade, num contexto marcado pela indignação de setores da sociedade paulistana contra os agentes militares considerados, por muitos, como sendo os responsáveis pela morte de Herzog (diretor do departamento de jornalismo da TV-Cultura), nas dependências do Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), um dos mais conhecidos centros de tortura. Segundo o historiador Carlo Fico (2001, p. 212), a ação repressiva que levou à morte do profissional da imprensa representava mais uma das demonstrações de resistência da “linha dura”, sobretudo pelo fato de não aceitarem a forma como Geisel encaminhava a “questão política”, o que gerou mal-estar entre o Presidente e o citado setor militar.

O culto ocorreu no dia 31 de outubro de 1975, sete dias após sua morte. Na ocasião, o ecumenismo já havia adquirido alguma aceitação em setores do protestantismo, do catolicismo e, inclusive, do judaísmo, religião do falecido. Houve extensa mobilização de segurança intitulada “Operação Gutenberg”. Outra operação da Polícia Militar bloqueava a saída de São Paulo e da cidade universitária da USP. Devido a essas estratégias, a cerimônia ficou conhecida como o “culto proibido” e até barricadas ao redor do local foram montadas pela polícia (Coleção 100 anos de República, 1989, p. 18). Todavia, o esforço dos órgãos de segurança não conseguiu evitar a presença de cerca de sete mil pessoas no evento. Dentro da catedral, o temor de represálias na saída do culto era notório, pois muitos levavam “sempre ao rosto o papel com as homilias toda vez que um flash era acionado” (JB, 31 de out. 1975), sobretudo quando alguns presentes perceberam o monitoramento feito por policiais.

A cerimônia foi concelebrada por religiosos de três instituições: o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o Rabino Henry Sobel, dirigente da Congregação Israelita Paulista e o Pastor Jaime Wright, presidente da Missão Presbiteriana do Brasil. Eles

contaram com o apoio da presença do Arcebispo de Olinda, Dom Helder Câmara e de outros religiosos. Durante a leitura de sua homilia, Dom Paulo assinalou que:

A esperança reside na solidariedade. Aquela solidariedade que é capaz de sacrificar os egoísmos individuais e grupais no altar da pátria. No altar do Estado. No altar de uma cidade. Neste momento, o Deus da esperança nos conclama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente, crescente, em favor da geração que terá como símbolos os filhos de Vladimir, sua esposa e sua mãe (JB, 31 de out. 1975, p. 4).

Algumas palavras do discurso evidenciam que, mesmo do ponto de vista dos religiosos, para além dos objetivos espirituais e religiosos, a cerimônia visava também se constituir em espaço de oposição ao governo, com vistas a expressar e fortalecer uma “luta”, “persistente” e “crescente”, ainda que “pacífica”. Durante o culto, foram entoados cânticos judaicos, antecedendo à mensagem do Rabino Henry Sobel. Sua fala externou um desabafo, através de uma analogia entre o regime brasileiro e aquele que inseriu a Alemanha na Segunda Grande Guerra. Verdadeiro “tapa de pelica”, por assim dizer, na face do regime: “esta é uma cerimônia que se dirige ao homem Vladimir Herzog, que fugiu do nazismo e fez do Brasil a sua pátria querida e amada, nela se integrando.” (JB, 31 de out. 1975).

Observou que “a um rabino não cabe apenas se ocupar de sua religião. O rabino também se volta para tudo aquilo de importante que ocorre fora de sua sinagoga” (JB, 31 de out. 1975). Um pouco antes de sua oração, Sobel argumentou ainda que “não importam as condições em que Vladimir Herzog tenha sido morto. Ele soube ser um homem. Isto é o que conta” (JB, 31 de out. 1975). Com esta observação, talvez pretendesse oferecer uma fundamentação àqueles que questionavam a legitimidade de um culto em homenagem a um “comunista”, “ateu” ou “suicida”, expressões acerca de Herzog difundidas oficialmente pelos militares e aceitas por muitos.

As considerações pessoais de um cônego católico referentes ao culto ecumênico e à morte de Herzog, registradas em uma espécie de livro de ocorrências da Catedral da Sé, revelam, entre outras coisas, a falta de consenso entre alguns fiéis católicos sobre a legitimidade de uma cerimônia daquela natureza. Elas também fornecem outros indícios para a compreensão de questões concernentes ao impacto dessa modalidade de ecumenismo sobre a chamada “opinião pública” e sobre agentes de órgãos de informações, os quais estavam infiltrados na catedral:

Os jornais noticiam, com grande alarido, a morte do jornalista Vladimir Herzog (Vlado), ocorrida nas dependências da Secretaria de Segurança Pública do Estado, nesta capital. A notícia é divulgada como sendo suicídio, tendo sido o referido jornalista tido como comunista. Mas a opinião pública não dá muito crédito a esse suicídio - tem-no por ter sido assassinado pelos próprios policiais.

Este jornalista era tido como jornalista e ateu. Tendo sido jornalista tido como ateu e suicida, não seria possível receber sufrágios públicos da Santa Igreja. O Sr. Cardeal Arcebispo e outras entidades, profissionais e religiosas – acatólicas - idealizaram um culto ecumênico em memória do falecido.

Tal invenção foi muito mal recebida por parte do Governo e Polícia e com razão de escândalo por parte dos fiéis. Culto Ecumênico por um ateu? Celebração Ecumênica na Catedral de São Paulo? Presidida pelo Sr. Cardeal Arcebispo Metropolitano? (...) (MINAMI, 2005, p. 117).

O relato, contendo questionamentos, evidencia a inquietação sentida pelo religioso, podendo ser interpretado como mais um indício de que aquela modalidade de ecumenismo significava, sobretudo, para setores conservadores da sociedade uma prática extravagante, uma “invenção” e “um escândalo”. Ao afirmar que “parte do Governo e Polícia” receberam mal a ideia, o cônego apresenta uma síntese da opinião dos órgãos de informação e de repressão sobre o movimento ecumênico.

Não sem propósito, diversas reuniões e iniciativas conjuntas de indivíduos e instituições católicas e protestantes, em torno de intenções semelhantes às do culto de Herzog, foram monitoradas e aparecem nos documentos<sup>8</sup> produzidos por tais órgãos. Consequentemente, muitas delas foram classificadas ou representadas como “esquerdistas”, “comunistas” ou até “subversivas” pelos agentes secretos do Estado. A participação do Pastor Wright no culto, bem como sua luta em prol dos direitos humanos junto ao Cardeal Arns, por exemplo, rendeu-lhe a seguinte apreciação por parte de um agente de informações do regime:

JAMES WRIGHT, protestante, irmão do terrorista Dr. PAULO STUART WRIGHT, considerado desaparecido pelos órgãos de segurança e, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), assassinado pelos “órgãos de repressão”. Tanto o Rev. JAMES WRIGHT como o advogado MÁRIO CARVALHO DE JESUS são ligados ao cardeal arcebispo de São Paulo, Dom PAULO EVARISTO ARNS. O primeiro co-celebrando cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas e o advogado, dirigente da Frente Nacional do Trabalho, atuando através do Movimento de Não Violência, sob a égide do cardeal (Divisão de Segurança e Informações, 1978, fls. 129/130).

---

<sup>8</sup> Mais adiante citaremos alguns desses documentos.

O episódio que analisamos representou, assim, uma faceta original da batalha simbólica e pacífica, mas política, de um setor da oposição democrática ao regime militar, contribuindo com o processo de coesão social na luta pela chamada redemocratização do país. Tratava-se de uma estratégia de religiosos progressistas para canalizar a indignação de setores da sociedade, não apenas contra atos isolados de violência praticados por agentes militares, mas contra o próprio regime ditatorial. A força moral da religião, naquela conjuntura específica, carregada de comoção e indignação, cumpria um importante papel de instrumento de crítica e pressão social pelo fim da ditadura militar. Segundo Serbin, o “protesto contra o assassinato de Herzog marcou um ponto de inflexão na luta pela democracia” e significou um grande desafio “para o regime porque uniu a oposição” (SERBIN, 2001, p. 405-406).

Era como se, por meio do ritual religioso, a geração que vivenciou os chamados “anos de chumbo” exteriorizasse “um sistema de crenças compartilhado por todos” (BERSTEIN, 1996, p. 86). Uma espécie de experiência, ao mesmo tempo místico-espiritual e política, que parecia cumprir a função psicológica de remetê-los “a todo um contexto implícito cujo conteúdo ideológico” (BERSTEIN, 1996, p. 89) eles sentiam, mas não podiam expressar livremente através de outras formas como, por exemplo, por meio de opiniões políticas claramente formuladas pela imprensa ou em passeatas.

O culto ecumênico também teve um peso significativo para o fortalecimento da longa história de amizade e parceria<sup>9</sup> entre Dom Paulo e o Pastor Wright, resultando em diversas iniciativas ecumênicas em prol dos direitos humanos. Apesar de pertencerem a igrejas diferentes, os dois possuíam convicções religiosas e políticas muito semelhantes, o que lhes motivava a trabalharem conjuntamente em torno das mesmas causas, na luta por justiça social e na denúncia dos abusos perpetrados por regimes ditatoriais, tanto do Brasil como de outros países do Cone Sul submetidos a regimes ditatoriais, especialmente Chile, Uruguai e Argentina.

Uma dessas iniciativas foi a realização de outro culto ecumênico, em 1979, na igreja da Consolação, em São Paulo. Para além das significações espirituais e religiosas, o ato também trazia consigo propósitos políticos, semelhante ao culto em memória de Herzog, representando, em grande medida, um desdobramento do trabalho de investigação do Comitê

---

<sup>9</sup>Este, mais tarde, tornar-se-ia uma espécie de assessor especial para assuntos internacionais de direitos humanos do Cardeal, passando a trabalhar na própria Cúria Diocesana, em sala anexa à de Dom Paulo. Juntos, Dom Paulo e Jaime Wright, também organizaram o projeto *Brasil: Nunca Mais*, com financiamento do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Cf. SYDOW e FERRI, 1999.



Latino Americano de Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR)<sup>10</sup>. Entretanto, naquele momento, o foco dos religiosos vinculados ao CLAMOR não era a situação política do Brasil, que também já havia mudado em relação a 1975, pois a “abertura política” havia proporcionado algumas liberdades, conforme veremos adiante. No contexto do culto de 1979, eles estavam mais preocupados com a atroz repressão que se abatera sobre a Argentina.

Segundo Samarone Lima (2003, p. 183), este culto ecumênico foi realizado a pedido de “familiares de desaparecidos e refugiados” políticos da Argentina e recebeu a pronta desaprovação da cúpula eclesiástica da Igreja Católica de lá, pois seu Cardeal enviara uma carta a Dom Paulo repudiando sua iniciativa. Em função do trabalho desenvolvido pelo CLAMOR, o Pastor Jaime Wright e o Cardeal Arns sentiram-se na obrigação de realizar a cerimônia, ainda que contra a vontade da hierarquia católica argentina. Mais uma vez, o ecumenismo e a defesa dos direitos humanos, serviriam de elementos motivadores da ação dos religiosos, em favor das vítimas argentinas submetidas, desde 1976, a uma das ditaduras militares mais violentas da época.

A retórica observada na homilia dos dois amigos abordou diretamente a situação política de repressão promovida pelo regime da Argentina. A contundência das críticas desses homens explicita as convicções cristãs ecumênicas que fundamentavam a luta que travavam pelos direitos humanos e pela dignidade dos cidadãos argentinos vítimas da repressão, dos desaparecidos e de seus familiares. Lima registrou os principais trechos da fala dos religiosos:

“Estamos aqui, nesta noite, para levantar nossa voz contra esse genocídio, cujas vítimas potenciais se elevam a mais de 12 mil pessoas que esperam seus destinos nos chamados campos de reabilitação”, disse dom Paulo. Ele criticou abertamente um decreto promulgado pelo governo militar argentino, que declarava “morto por desaparecimento” todo cidadão que, tendo sido preso pelas forças de segurança, desapareceu posteriormente de maneira definitiva.

“Com a promulgação desse decreto, a Argentina se transforma num país onde reina a mais absoluta carência de garantias em qualquer nível e onde prevalece o máximo desrespeito pela vida e dignidade de todos os seus habitantes”, completou o cardeal brasileiro.

Jaime Wright também deu sua contribuição. Leu um texto intitulado “Do iníquo ao inócuo”, abordando a questão dos desaparecidos: “Seguramente, mais de dez mil famílias argentinas choram por seus desaparecidos”, disse. Ele observou que a lei promulgada pela Junta Militar representava uma “degradação do Direito” jamais ocorrida na história, nem mesmo na Alemanha nazista. Ao final, concluía Wright:

---

<sup>10</sup>Entidade ecumênica encabeçada pelo Pastor Jaime Wright, com o apoio de Dom Paulo Arns (LIMA, 2003).

“Foi aqui, pertinho de nós, na Argentina, que se inventou o mais monstruoso artifício jurídico de que a história recente tem memória. Criou-se uma nova categoria de mortos: os mortos presuntivos. E inventou-se uma nova arma mortífera: a lei (LIMA, 2003, p. 183).

Na carta enviada a Dom Paulo, o Cardeal argentino Raul Primatesca, considerou a homilia como estando “cheia de distorções e exageros” (LIMA, 2003, p. 184). Todavia, as palavras do Cardeal brasileiro, no prefácio do dossiê produzido pelo CLAMOR, contendo informações detalhadas acerca dos fatos que envolveram o desaparecimento de 7.291 pessoas na Argentina, fornecem subsídios para nossa compreensão acerca das motivações e das conseqüências dessa modalidade de ecumenismo: “a solidariedade e a defesa dos direitos humanos eliminaram todos os tipos de fronteiras – geográficas, políticas, ideológicas, religiosas, sociais e econômicas” (LIMA, 2003, p. 179).

### **“Culto ecumênico pelos mortos na guerrilha do Araguaia”: fortalecendo as lutas da oposição**

A partir do governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e, prosseguindo na gestão de João Figueiredo (1979-1985), instaurou-se a combinação de medidas de liberalização ou “descompressão” com outras de repressão mais pontuais. A imprensa escrita, por exemplo, deixou de sofrer censura prévia, apesar de casos esporádicos continuarem acontecendo. Setores da oposição passaram a gozar de maior liberdade com o fim do AI-5, em janeiro de 1979. A anistia de agosto de 1979 permitiu que antigos inimigos do regime, que haviam sido alijados da política partidária, voltassem a militar legalmente. Os demais partidos que, desde o AI-2 de 1965, haviam sido limitados a dois (ARENA, pró-governo e MDB, a oposição consentida), foram legalizados com o fim do bipartidarismo, em fins de 1979.

Essas e outras iniciativas orientavam-se pela conhecida estratégia de “dividir para governar”, visando, na prática, a desarticulação política da oposição, que se fortalecia (MENDONÇA; FONTES, 2004, p. 77). Por essas e outras razões, Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 384) interpretou tais estratégias como o estágio mais avançado da política governamental que classificou de “institucionalização permanente do Estado de Segurança Nacional”, em contraste com a ideia de que a ditadura estava sendo derrotada em uma “transição para a democracia”.

Segundo a mesma autora, a chamada “abertura política” caracterizou-se pela “tentativa de institucionalização de estruturas de Estado visando ampliar o apoio político e ao mesmo

tempo manter o controle de classe” (ALVES, 2005, p. 389-390). Por conseguinte, a despeito de a liberalização ter “implicado em certo número de concessões, as bases do Aparato Repressivo e sua sustentação legal permaneceram durante anos” (ALVES, 2005, p. 192).

Nos primeiros meses de 1980, apesar da promessa de Figueiredo de “fazer deste país uma democracia” (Coleção 100 Anos de República, 1989, p. 42), a comunidade de informações e de segurança não havia ainda tosquenejado em se tratando de monitoramento de atividades da sociedade consideradas suspeitas ou perigosas, especialmente das ações oriundas de indivíduos e instituições ligadas ao movimento ecumênico. Pelo contrário, parecia mais atenta à medida que seus agentes se davam conta da real possibilidade de retorno (FICO, 2001) ao chamado “Estado Democrático de Direito”.

A documentação produzida por polícias políticas (DOPS, DEOPS, DGIE) do Rio de Janeiro e por órgãos de informações e de segurança das Três Forças (CIE, CENIMAR e CISA, entre outros), parte da qual está depositada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), por exemplo, apresenta quantidade significativa de recortes de jornais e revistas, pedidos de busca e investigações, levantamento de dados biográficos, relatórios, etc., testemunhando a frenética atividade de vigilância empreendida por tais agentes. Entre os setores da sociedade alvos dessa vigilância e, em alguns casos, vítimas da violência física e psicológica, encontravam-se grupos, indivíduos e instituições cristãs católicas e protestantes, especialmente setores mais politizados, adeptos do ideário da Teologia da Libertação e do movimento ecumênico.

A despeito da implantação das citadas medidas de liberalização, havia, em várias cidades, a possibilidade iminente de repressão contra os movimentos sociais, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Contudo, o momento suscitava esperanças e a tomada de posições políticas com vistas a pressionar pelo fim do regime militar parecia ser um meio eficaz de acelerar o retorno da democracia (ALVES, 2005, p. 274). Na mesma perspectiva crítica de oposição da cerimônia em homenagem a Herzog e do culto de protesto contra a ditadura argentina, foi realizado mais um ritual ecumênico. Dessa vez, na diocese de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, mas com outros protagonistas e com a intenção explícita de celebrar a memória do “sangue derramado” dos “irmãos” do Araguaia.

A cerimônia aconteceu em abril de 1980 e parecia, segundo a ótica dos agentes de informações da ditadura, ainda mais “subversiva” se comparada àquela de 1975 em homenagem a Herzog. Na ocasião, a certeza de que a ditadura terminaria em breve atingia parcelas significativas da população do país. Porém, a comunidade de informações resignava-

se e resistia de todas as formas ao processo. Através de atos terroristas de diferentes naturezas tentaram desestruturar os planos do presidente João Figueiredo de fazer a transição para um governo dos civis (FICO, 2001).

Por essas e outras razões, o culto ainda representava um gesto de coragem de seus organizadores. Tudo que aconteceu ali foi registrado no relatório do oficial militar (infiltrado para acompanhar a cerimônia) do serviço secreto da Aeronáutica, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), da seguinte maneira: “culto ecumênico pelos mortos na guerrilha do Araguaia (atividade subversiva desenvolvida pelo PC do B no Sul do PARÁ, de 1968/69 a 1974)” (Divisão de Polícia Federal, 1980, fls. 202). Localizamos este documento no Fundo da Divisão de Polícia Federal, do Arquivo Nacional, em Brasília.

Seu anexo traz, inclusive, fotocópias de panfletos distribuídos durante o evento, somando 11 páginas. O redator apresenta um resumo de um dos folhetos distribuídos, enfatizando que os participantes foram convidados a comparecer em outros dois “cultos ecumênicos”, os quais seriam realizados em homenagem ao “bispo recentemente assassinado em EL SALVADOR”. Um deles aconteceria na igreja metodista do “Colégio Bennet-RJO/RJ”, em concomitância com a outra cerimônia, que teria lugar na mesma catedral católica de Nova Iguaçu.

Segundo o informe do CISA, cerca de quinhentas pessoas participaram do culto ecumênico, em Nova Iguaçu. É notória a meticulosidade com que o agente do CISA narra o episódio. Segundo ele, o “culto ecumênico foi concelebrado por 7 (sete) clérigos, dos quais foram identificados o reverendo MOZART [metodista] e o bispo D. ADRIANO MANDARINO HIPÓLITO.” (Divisão de Polícia Federal, 1980, fls. 202).

Em seguida, apresenta sua impressão pessoal do teor dos discursos proferidos pelos celebrantes, assinalando que “todos os oradores”, inclusive o reverendo Mozart, “o primeiro orador”, “fizeram apologia às figuras dos guerrilheiros mortos no Araguaia, descrevendo-os como ‘jovens com ideias liberais, que morreram por um ideal’” (Divisão de Polícia Federal, 1980, fls. 202).

A preleção que parece ter chamado mais a atenção do espião, reproduzida em detalhes no relatório, partiu de um religioso que ele não conseguiu identificar nominalmente. Por isso, talvez até mesmo para se justificar pela falta de exatidão na informação, esmerou-se em fornecer “os caracteres físicos” do orador, quais sejam: “mulato; de 45 a 50 anos; 75 a 80 Kg; 1,70 a 1,75 m; obeso; barba rala e cabelos crespos;” (Divisão de Polícia Federal, 1980, fls.

202). O trecho transcrito a seguir elucida algumas das motivações para a realização do culto ecumênico:

Meus irmãos: diz a Bíblia Sagrada que quanto mais os egípcios oprimiam os hebreus, tanto mais estes cresciam e se multiplicavam. Nós estamos aqui reunidos, nesta Igreja viva de Nova Iguaçu, celebrando este culto em memória de compatriotas, idealistas, jovens camponeses, que tombaram lutando, vítimas da repressão mais violenta havida neste país em período próximo passado.

A resistência organizada de irmãos brasileiros na Região do Araguaia, contra o sistema opressor dos direitos da pessoa humana, foi o que de mais sério, sem dúvida, se fez recentemente em nosso país em termos de combate ao opressor humano. Sistema opressor que resultou da chamada DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL, a qual, no dizer dos bispos latino-americanos em Puebla, é, na realidade, mais uma ideologia do que uma doutrina, comprometida com determinados governos econômico-políticos, que suprimem a participação ampla do povo nas decisões políticas.

O massacre havido no Araguaia contra irmãos brasileiros, sabemos perfeitamente, que ele se insere no processo histórico de luta do povo brasileiro...

O grande mártir cristão do século XX – MARTIN LUTHER KING, dizia que “quem não tem uma razão por que viver, não tem por que viver.” Nós, cristãos, temos que respeitar e admirar todas aquelas pessoas que tendo fome e sede de justiça, lutam e morrem por um ideal... Nossos irmãos do Araguaia eram conhecedores da história e conscientes de que sem sacrifício não há libertação. Tenho certeza de que o sangue desses irmãos não foi derramado em vão, mas será uma fonte generosa de transformação para um Brasil mais justo, mais fraterno... Nós, cristãos, rezemos pela conversão dos opressores para que eles deixem de oprimir (Divisão de Polícia Federal, 1980, fls. 202).

A retórica do religioso traz à tona uma interpretação fundamentada em premissas contidas na Teologia da Libertação, com referências a episódios narrados no Antigo Testamento. Para o religioso, o “massacre contra os irmãos do Araguaia” é apontado como ação séria de “combate ao opressor humano”, fruto da iniciativa dos “irmãos brasileiros” que sentiam “fome e sede de justiça.” No seu entender, aquela luta se pautava em ideais justos e, semelhante aos efeitos do sangue vertido por Jesus sobre vida de seus discípulos, “o sangue derramado” dos “irmãos do Araguaia” também resultaria em efeitos salvíficos e de “libertação” da opressão exercida pelas forças “econômico-políticas.” Por fim, tal sacrifício contribuiria para a “transformação” do Brasil em um país “mais justo” e “mais fraterno.”

Ele também parecia apoiar sua pregação, entre outras coisas, em um versículo bíblico segundo o qual “sem derramamento de sangue não há remissão.”<sup>11</sup> A argumentação do orador ecumênico parece sugerir uma associação implícita entre as forças opressoras sobrenaturais e

---

<sup>11</sup> O trecho bíblico está registrado na Epístola aos Hebreus, em seu capítulo 9, verso 23.

a violência física oriunda de agentes da ditadura militar. Ao passo que a luta armada revestia-se de uma mística religiosa, mas totalmente inserida em um processo histórico mais amplo de “luta do povo brasileiro”, com vistas à libertação total de seus opressores.

Com efeito, ele apontava sem rodeios, o nível de violência desencadeada pelas forças de repressão contra os opositores do regime. Com tal discurso, conscientemente ou não, tais religiosos assumiam riscos, haja vista que dentro da catedral estava um agente do CISA, observando, registrando e, certamente, pronto para agir.

Como afirmamos inicialmente, é notória a diferença entre cultos ecumênicos realizados ao longo da ditadura e as cerimônias fúnebres religiosas em nossos dias. Nestas, o sentido maior quase sempre é o de conclamar os vivos a rezarem e intercederem pelos mortos, bem como o de confortar parentes e amigos dos falecidos. Na cerimônia de Nova Iguaçu, porém, os vivos são convidados a “rezar” pela “conversão dos opressores”, também vivos, isto é, os próprios causadores de morte. É notável, também, que D. Adriano Hipólito, mesmo tendo sofrido (SERBIN, 2001, p. 221) pessoalmente as consequências da repressão, tenha permanecido nessa linha de teologia contestatória, apoiando e realizando rituais com tal proposta.

Na ocasião do culto, ao menos, o Bispo contava com o reforço de outras lideranças religiosas e políticas, o que poderia inibir tentativas de represálias por parte de agentes mais exaltados. Era de esperar que um tipo de culto ecumênico assim causasse preocupação no agente secreto do CISA. Portanto, conforme o tópico “difusão” do cabeçalho do documento indica, as informações sobre o evento foram remetidas a diversos outros órgãos de espionagem e de repressão, entre eles a Agência Central do SNI, o CIE, o CENIMAR, e a DSI do Ministério da Justiça, tendo, por fim, chegado ao “Centro de Informações” da Polícia Federal.

### **Representações dos setores ecumênicos e progressistas nos documentos da Ditadura**

Como temos visto até aqui, em plena “abertura política” de início dos anos 1980, permaneciam o monitoramento e a suspeita de agentes da comunidade de informações em torno de atividades de cristãos progressistas e ecumênicos, especialmente quando realizavam rituais de repercussão. Esse monitoramento suscitava a produção de farta documentação, na qual é possível constatar um variado leque de representações de indivíduos e organismos

vinculados ao chamado movimento ecumênico. Em nossa atual pesquisa de doutoramento, estamos nos dedicando à compreensão das representações de um segmento do movimento ecumênico construídas pelos agentes estatais em seus documentos outrora sigilosos. Na citada pesquisa e neste artigo, nos inspiramos no conceito de representações na acepção dada por Roger Chartier, segundo a qual é possível

pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse (CHARTIER, 1990, p. 19).

A natureza do nosso objeto de estudo difere do que foi estudado por Chartier. No entanto, a partir da sua proposta, é possível tentar apreender os sentidos subjacentes às variadas categorias classificatórias (quase sempre depreciativas) que constituem as representações dos indivíduos e entidades ecumênicas emergidas nesses documentos. Parcela considerável delas, poderíamos facilmente considerar como absurdas (se nos detivéssemos apenas em nosso atual ângulo de observação, isto é, se as analisássemos fora do contexto histórico em que foram produzidas), mas devemos reconhecer que para muitos daqueles analistas de informações (policiais, detetives, delegados etc.), faziam todo sentido e retratavam fielmente a realidade.

Em alguns eventos religiosos, promovidos por cristãos católicos e protestantes, como foi o caso do Congresso Internacional Ecumênico de Teologia (CIET), realizado em São Paulo, em 1980, permanecia a suspeita entre órgãos de inteligência de que os ideais da Teologia da Libertação pudessem insuflar religiosos à violência, numa possível ação armada contra o regime:

1. O CIET não versou sobre questões teológicas, como se apregoou, mas sim sobre questões políticas, sociais e filosóficas.
2. Pode-se constatar uma certa ascendência, não apenas sob o ponto de vista doutrinário, mas também numérico, dos representantes católicos, defensores da “Teologia da Libertação”.
3. O pensamento “esquerdizante” da “Teologia da Libertação” já extrapola os círculos do clero católico, fazendo adeptos entre os membros de outras religiões cristãs, principalmente entre os protestantes metodistas.
4. A CEBs, em outros países da América Latina, já se mostraram instrumentos valiosos na revolução armada contra a “dominação capitalista”. O incentivo que elas recebem, no Brasil, da CNBB, aliado ao êxito que vêm encontrando em outras áreas do Continente, pode levá-las, no país, a uma

maior radicalização contra o regime e as instituições (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1980, fls. 157).

Com frequência, a fundamentação dos agentes estatais originava-se na associação que faziam entre a Teologia da Libertação e o ecumenismo com o chamado “movimento comunista internacional”, o qual estaria sendo coordenado pela URSS e avançando rumo à conquista do poder nos países capitalistas.<sup>12</sup> Essa suspeita se intensificou após a vitória da Revolução Sandinista, ocorrida em 1979 na Nicarágua, acendendo a luz de alerta entre os agentes da comunidade de informações com respeito às atividades do movimento religioso, especialmente dos progressistas e ecumênicos.

Desse modo, o envolvimento ou o apoio a movimentos ecumênicos de lutas sociais configurava-se, pois, em atividade “infiltrada” conforme podemos observar através de um documento do SNI, de 13 de fevereiro de 1981, em que um de seus agentes secretos analisa a relação entre o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e os setores progressistas da Igreja Católica, assinalando que:

As atividades e os interesses do CMI cobrem todo o globo e sua ação é mais vigorosa, em termos sócio-político-econômicos, nas regiões em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, constituintes do chamado Terceiro Mundo. E particular na América Latina, onde a religião nominalmente dominante é a católica, o CMI apóia – moral e materialmente – a “ala progressista” da mesma, à qual se alia sob os ditames de um “ecumenismo” que termina por solapar os fundamentos, de resto já bastante infiltrados, da hierarquia Católica, Apostólica, Romana (Arquivo Nacional, 1981, fls. 1).

As ações conjuntas desenvolvidas por organizações ecumênicas, como o CMI e igrejas de diferentes confissões, ao lado de movimentos sociais variados ao longo do regime militar foram mal recebidas e criticadas pelos agentes dos órgãos de inteligência, especialmente pelos motivos elencados na seguinte representação esboçada pelo SNI:

Ao invés de caminhar no sentido de um aprofundamento da missão religiosa, os progressistas, tanto católicos quanto protestantes, definem o regime governamental como um sistema que vem massacrando, há anos, a vida de um povo “cujos interesses reais são sistematicamente postos em último plano.” O grande perigo está no fato desses grupos religiosos, visando a

---

<sup>12</sup>Acerca das múltiplas faces do anticomunismo no Brasil, cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964), São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.



concretização de seus objetivos políticos, utilizarem-se de uma falsa ação pastoral como alicerce de sua influência na opinião pública (Arquivo Nacional, 1983. fls. 14).

Ao longo do regime militar, e mesmo após seu término, diversas representações do movimento ecumênico foram, então, produzidas nos documentos de tais serviços de inteligência. Em princípios de 1983, a despeito do adiantado processo de abertura política em curso, nos bastidores da comunidade de informações, os agentes continuavam atuantes e vigilantes ao que se passava no campo religioso, especialmente no movimento ecumênico, suspeitando de possíveis ações de oposição ao regime. Relatório produzido em outubro de 1983 oferece bom exemplo dessa suspeição, através de um panorama geral das tendências teológicas e políticas das dioceses católicas e de seus Bispos, que foram representados da seguinte maneira: “conservadores” ou “tradicionalistas”, os “moderados” ou “pastoralistas” e os “progressistas”.

Estes últimos eram os adeptos da Teologia da Libertação e do ecumenismo, sendo, evidentemente, os que mais preocupavam os agentes estatais, devido a seu comportamento político oposicionista e ao apoio que recebiam do organismo protestante de Genebra (Suíça), o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), um dos principais mantenedores de projetos ecumênicos no Brasil e no Cone Sul. Na percepção do analista de informações, a atuação dos progressistas revestia-se “de caráter puramente temporal e orientação antropocêntrica, tendo o homem como centro de seu culto” (Arquivo Nacional, 1983, fls. 4). Os progressistas católicos representavam, em sua concepção, uma corrente insubmissa à orientação do Vaticano que, a partir do final dos anos 1970, no comando do Papa João Paulo II, propugnava pelo afastamento da Igreja em relação às questões políticas de oposição (DELLA CAVA, 1985).

Na representação dos progressistas construída pelos analistas da comunidade de informações, sua característica fundamental residia no fato de ter se constituído em “instrumento do marxismo, desviada de sua função espiritual”, objetivando estabelecer uma “sociedade sem classes”. Portanto, “essa teologia assume, ostensivamente, tendências socialistas marxistizantes, definindo ‘pobre’ como sinônimo de ‘oprimido’ e ‘rico’ como sinônimo de ‘opressor.’” A conclusão desta representação era a de que “essa nova filosofia eclesiástica, que elege o povo como seu novo magistério, congrega aqueles que adotam a opção preferencial pelos pobres, numa clara promoção da luta de classes”. Portanto, a “opção preferencial pelos pobres”, bandeira preferida dos segmentos progressistas, católicos e

protestantes ecumênicos, “nada mais é que um disfarce para conduzir à desobediência e à própria luta armada.” (Arquivo Nacional, 1983. fls. 11).

## **Conclusão**

O culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog representou um marco no fortalecimento da oposição ao regime militar do Brasil, ensejando a realização de outros rituais análogos. Os cultos ecumênicos fúnebres analisados, todos evocando a memória de mortos vitimados por regimes ditatoriais, se tomados em conjunto, revelam características estruturantes semelhantes no tocante às concepções de seus participantes em relação aos universos sagrado e profano.

Uma das principais foi o fato de representarem estratégias peculiares de cristãos progressistas no propósito de protestarem, fazendo oposição através do que classificavam de “luta pacífica”, ou “teologia das brechas”, contra a repressão promovida pela ditadura do Brasil. Ademais, eram embaladas pela insatisfação reprimida de setores da sociedade que se sentiam acuados diante da possibilidade do desencadeamento da violência dos órgãos de segurança contra manifestações públicas de protesto.

Nos exemplos de cultos ecumênicos funerários aqui tratados, a religião, longe de promover a alienação sugerida por Karl Marx no século XIX, servia de combustível para alimentar a “fome e a sede de justiça” e fortalecer a esperança de que novas formas de organização social e política pudessem substituir aquele regime que consideravam retrógrado. O que tinham em mente então, além dos propósitos espirituais e religiosos de um culto de natureza fúnebre, era protestar contra as diversas “situações de opressão” político-econômicas patrocinadas e fomentadas pelo regime militar.

Em tais rituais, a memória dos mortos era invocada para motivar a realização das cerimônias, estando seus objetivos vinculados com o “aqui e agora” dos vivos, revelando o compromisso sociopolítico dos religiosos das diferentes confissões. Para eles, o propósito da religião também era o de renovar a disposição dos vivos em buscarem a transformação da sociedade.

Logo, a retórica combativa dos religiosos evidenciava algo para além da preocupação com o destino das almas dos falecidos e com o conforto dos entes dos falecidos, explicitando o comprometimento com a preservação dos corpos e almas dos vivos expostos, sobretudo, à violência da tortura física e psicológica, ao assassinato e ao desaparecimento forçado. Tais

cultos ecumênicos fúnebres enfatizavam, então, a intercessão tanto pelos vivos quanto pelos falecidos. Podem ser considerados como mais uma faceta da transformação pela qual passou a Igreja Católica e segmentos do protestantismo no contexto das ditaduras latino-americanas nos anos 1970 e 1980. Época em que dois conceitos ou cosmologias, Teologia da Libertação e ecumenismo, influenciaram de forma decisiva essa guinada na trajetória de vida de muitos líderes religiosos e de leigos, especialmente dos que foram citados.

Convém ressaltar, novamente, que os cultos aqui tratados constituem-se em apenas uma das formas pelas quais indivíduos e instituições expressaram suas convicções ecumênicas e políticas, e que não foram todos os religiosos que aderiram a essa prática. Muitos, católicos e protestantes, talvez a maioria nas igrejas, não concordavam com tais “inovações”. No entanto, algumas vozes ousadas fundamentadas especialmente no conceito de “cristianismo encarnado”, levantaram-se para combater as arbitrariedades praticadas contra setores da população brasileira e de outros países do Cone Sul.

No contexto da ditadura militar brasileira, especialmente a partir da chamada “distensão política”, os cultos ecumênicos traduziam uma gama difusa de anseios, angústias e revoltas que aglutinavam pessoas de diferentes classes sociais e tradições religiosas. Comportamentos políticos contestatórios, que, há tempos, a repressão estatal esforçava-se para sufocar, vinham à tona nas cerimônias por meio de discursos, de gestos e, até mesmo, do silêncio.

Escudados sob a tradicional proteção conferida pelos governos à autoridade da religião e confiantes em um respeito tácito dos órgãos de segurança à fronteira entre o profano e o sagrado, aqueles religiosos ecumênicos contribuíram, a seu modo, com o processo de oposição pacífica, com vistas a minar as bases de sustentação da ditadura e a acelerar o processo de redemocratização do país. Essa espécie de ressignificação do sagrado fortalecia a convicção de que a verdadeira “libertação do homem” se daria nesta vida e não na próxima.

Portanto, depositaram a esperança em uma “libertação” que se concretizaria através da derrota do regime ditatorial. Tal derrota daria lugar a uma nova ordem de coisas, a vitória das forças da vida contra as da morte, ensejando a implantação da tão sonhada democracia com justiça social, o que, sob muitos aspectos, ainda está por se concretizar.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru (SP): Edusc, 2005.

- BEOZZO, José Oscar. “O Concílio Vaticano II: Etapa Preparatória”. In: LORSCHIEDER, Aloísio. Et al. (org.). *Vaticano II: 40 anos depois*. São Paulo: Paulus, 2005.
- BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.
- DELLA CAVA, Ralph. A Ofensiva Vaticana. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, pp. 34-53, dez. 1985.
- DIAS, Agemir de Carvalho. *O Movimento Ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares*. Tese (Doutorado em História), Paraná, Universidade Federal do Paraná, 2007.
- DIAS, Zwinglio Mota e TEIXEIRA, Faustino. *Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso: A arte do possível*. Editora Santuário: Aparecida, 2008.
- \_\_\_\_\_. O movimento ecumênico: história e significado. *Numen*, Revista de Estudos e Pesquisa da Religião, Juiz de Fora, 1(1), jul-dez, 1998, p. 127-163.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FON, Antônio Carlos. *Tortura: a história repressão política no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global. 1979.
- HORTAL, Jesús. *E haverá um só rebanho: História, doutrina e prática católica do Ecumenismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LIMA, Samarone. *Clamor: A vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil Recente (1964-1992)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- MINAMI, Edson. *Os Franciscanos da Reconciliação e o Ecumenismo na Arquidiocese de São Paulo (1977-1994)*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964), São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. A quem pertence a Teologia da Libertação? *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro: CEDI, n. 209, p. 23/24. jun. 1986.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra*: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

SYDOW, Evanize e FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns*: um homem amado e perseguido. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

### **Fontes Documentais**

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo das Polícias Políticas. Setor DGIE. Pastas: 247-B, 1979 e 1980.

Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal, DF – Fundos: Serviço Nacional de Informações – ACE’s nº: 4311/1981; ACE 9877/1983.

Divisão de Polícia Federal - Ministério da Justiça - Informação nº 171/01/1980/CI/DPF.

Divisão de Segurança e Informações – Ministério dos Transportes - Informação nº 539 /SICI/DSI/MT/1978, folhas 129/130.

Coleção 100 Anos de República: Um retrato Ilustrado da História do Brasil. (1974-1981). vol. IX. São Paulo: Nova Cultural. 1989.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17, 21, 27 e 31 de out. 1975.

O Globo, Rio de Janeiro, 04 jun. 2009, seção Rio.

ARTIGO ENVIADO EM: 12/03/2012  
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 18/05/2013